



**CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS DO ESTADO DO
TOCANTINS - CPPI TOCANTINS**

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2021

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte um, quarta-feira, às dez horas e doze minutos, reuniu-se o Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins - CPPI Tocantins, para a terceira reunião ordinária, por convocação do Senhor Presidente do Conselho, o Secretário de Estado de Parcerias e Investimentos, Sr. Claudinei Aparecido Quaresemin, na forma do disposto no art. 7º e art. 8º, I da Lei 3.666, de 13 de maio de 2020 e Resolução nº 01, de 28 de maio de 2020, por meio de plataforma online: Presidente do Conselho: Secretário de Estado de Parcerias e Investimentos, Claudinei Aparecido Quaresemin, e os seguintes Conselheiros: Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços: Aldison Wiseman Barros de Lyra (Tom Lyra); Secretária de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação: Juliana Passarin; Presidente da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A. – FOMENTO: Denise Rocha Domingues; Procurador Geral do Estado – Nivair Vieira Borges e a Suplente do Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento – SEFAZ: Mara Lúcia Pinto Rabello de Camargo, bem como o suplente do Secretário Executivo do CPPI-Tocantins, o Sr. Alan Rickson Andrade de Araújo. Participaram como convidados: o Superintendente de Parcerias e Investimentos-SPI: Pedro Olímpio Pereira Furtado Neto; o Secretário de Comunicação – SECOM: Elcio Mendes; o Secretário de Planejamento e Orçamento: Sergislei Silva Moura; o Secretário de Saúde: Luiz Edgar Leão Tolini; o Presidente da Companhia Imobiliária de Participações, Investimentos e Parcerias do Estado do Tocantins - Tocantins Parcerias: Aleandro Lacerda Gonçalves; a Diretora Geral da Tocantins Parcerias: Andrea Vieira Andreis e o Assessor Especial: Alcidélio Radamés Vasconcelos de Maria; a Assessora Jurídica da SPI: Eliane Grossmann e a Secretária Geral: Mariane Pintaro Arruda que auxiliará nos trabalhos. Dado início a reunião pelo suplente do Secretário Executivo, Alan Rickson, e após cumprimentar os convidados e demais presentes, a princípio foram realizados os informes da reunião, iniciando pelo Relatório 2020 das Ações do Tocantins PPI que deve ser entregue em abril a Assembleia Legislativa, conforme preconiza o art. 24 da Lei 3.666/20. Posteriormente informou sobre a situação dos Projetos já qualificados no PPI-Tocantins, sendo o primeiro o Projeto de Rede Estadual de Banda Larga, onde fora autorizada a MIP da empresa Globaltask Tecnologia e Gestão S/A pela Secretaria de Infraestrutura, Cidades e Habitação, que prevê que os 139 municípios do Estado do Tocantins sejam interligados por fibra óptica, sendo entregue por esta o cronograma de entrega que está sendo avaliado pela equipe da SPI, sendo feito em conjunto com a Agência de Tecnologia da Informação- ATI. O próximo projeto é o Marina Estadual, o qual foi informado que houve o recebimento de MIP por parceiro privado e está em fase final de avaliação. No que se refere ao Projeto do Centro Administrativos, houve uma MIP que se encontra na Secretaria de Infraestrutura para avaliação e autorização se assim verificado, e ressaltando que este projeto não substituirá o É pra já.



Posteriormente informou acerca da Modelagem da Unidade de Conservação do Jalapão e Cantão realizados pelo BNDES e a equipe do Consórcio XXXX que estiveram *in loco* nos parques e quem está trabalhando diretamente e dando suporte é o Instituto Natureza do Tocantins- NATURATINS junto com a Agência de Turismo-ADETUC, sendo a previsão de entrega dos estudos em junho/julho, estando os nossos parques no TOP FIVE de interesse do mercado. Por conseguinte, informou acerca do Projeto de Usinas Fotovoltaicas que é um dos projetos que já estão nas mãos da Tocantins Parcerias para a realização da modelagem e alguns estudos já levantados, iniciando-se pela educação, posteriormente saúde, segurança pública e por fim demais áreas do governo do Estado. Em seguida, dispôs sobre a contratação de modelagem da Unidade de Conservação do Lajeado a ser realizada pelo Ministério do Turismo junto a UNESCO, informando que está avançado o Termo de Referência para sua contratação. Ato contínuo, informou acerca da Modelagem das Rodovias Estaduais que não será realizada pela EPL, mas pela TO-Par em conjunto com a SEINF e AGETO para que encontrem os melhores caminhos e profissionais para a realização da modelagem, sendo entregue a eles os estudos de tráfegos realizados. Seguidamente, informou acerca da modelagem dos Terminais Rodoviários do Estado do Tocantins que também serão realizados pela TO-Par, por meio de Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Tocantinense de Regulação-ATR. No que se refere ao Projeto da Ferrovia Estadual e Gás Natural, fora realizado uma reunião com a VLI Multimodal S.A para entender o cenário e dar continuidade aos estudos preliminares. No que se refere ao projeto do Parque Tecnológico foi informado acerca da aprovação do financiamento para a realização de obras de infraestrutura do Parque, bem como liberação de licenças pela prefeitura e a urbanização do Parque e será sede da Agência Tecnologia da Informação-ATI com cerca de 400 servidores. Informou também que existem parceiros privados com interesse em realizar a modelagem do projeto. O Presidente da TO-Par informou acerca de possíveis mudanças no setor de localização do Parque, explicando que o projeto urbanístico realizado pela Prefeitura em Parceria com o Estado em uma determinada área sofreu alguns impactos após realização de diversas obras pela prefeituras na região Norte de Palmas, aumentando o escoamento das águas pelo córrego Sussuapara e demais córregos no entorno que represaram e impactaram na área inicial do Parque. A prefeitura apresentou como solução que o Estado construísse um canal no córrego Sussuapara o que geraria grandes custos para a administração pública. Desta forma, foi sugerida a redução da área ou mudança de localização do Parque, situação que se encontra em análise por toda equipe do governo envolvida. Por fim, no que se refere aos informes do Projeto de Tratamento de Resíduos Sólidos, fora ressaltado o interesse de diversas empresas para a modelagem dos projetos. Encerrado os informes da reunião, deu-se início às deliberações sobre os temas dispostos em pauta. **O primeiro item para deliberação: Inclusão da Secretaria de Planejamento e Orçamento-SEPLAN como membro efetivo do CPPI-Tocantins** – O suplente do Secretário Executivo, Alan Rickson destacou o desdobramento da SEFAZ e SEPLAN e a importância da permanência da área de planejamento e orçamento para o CPPI-Tocantins, bem como para as ações do Programa de Parcerias e Investimento, sendo necessária a proposição do Conselho ao Governador para que sejam tomadas as medidas legislativas para inclusão da SEPLAN,



como membro efetivo do Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins. Com a palavra o Secretário de Planejamento e Orçamento, Sergislei Silva Moura ressaltou a possibilidade de futuras alterações nas estruturas das Secretarias do Estado, sugerindo que na alteração da lei esteja previsto a possibilidade de alteração dos membros do Conselho pelo Governador do Estado por meio de Decreto Estadual. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, autorizar e submeter à deliberação do Governador do Estado a proposta de inclusão da Secretaria de Planejamento e Orçamento-SEPLAN para compor o Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins e a consequente alteração da Lei 3.666/20. Por conseguinte passou-se à análise do **segundo item para apresentação e deliberação: projeto Rede de Atenção Hospitalar** – O suplente do Secretário Executivo, Álan Rickson destacou a importância do Projeto para o Estado do Tocantins, observando que existe processo adiantado para a construção do Hospital Maternidade, sendo proposto uma gestão bata cinza (limpeza, lavanderia, nutrição, realização de exames, manutenção entre outros). Passada a palavra ao Secretário de Saúde, Luiz Edgar Tollini, ressaltou que o Tocantins é responsável por 95% (noventa e cinco) por cento dos atendimentos de média e alta complexidade, ainda responsável por 90 (noventa) por cento da população exclusivamente SUS dependente. Apresentou que os Municípios pouco ajudam e atendem nesse sentido, exemplificando que os partos de baixo risco são de responsabilidade dos Municípios, sendo as gestantes do Município de Palmas atendidas pelo Estado no Hospital Dona Regina. O que se procura com o projeto é que se englobe a atenção à gestante e atenção à gestante de alta complexidade, bem como os profissionais bata cinza, sendo geridos pelos profissionais da saúde já existentes, sendo de grande seriedade o apoio do Tocantins PPI para a concretização deste projeto. Com a palavra o Presidente do Conselho reforçou a importância do projeto para o Estado do Tocantins. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, propor e submeter, à deliberação do Governador do Estado, a inclusão e qualificação do projeto Rede de Atenção Hospitalar do Estado do Tocantins para atendimento inicial do Hospital Maternidade Dona Regina localizado em Palmas-Tocantins e posteriormente outros serviços no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estruturação, composta das modelagens técnica, econômica, financeira e jurídica, com fins de viabilizar modalidade de parceria com a iniciativa privada. Ato contínuo, fora analisado o **terceiro item para deliberação: projeto Loteria Estadual**. O Presidente do Conselho passou a palavra para o suplente do Secretário Executivo, Álan Rickson que explanou sobre a decisão do STF em autorizar aos Estados a instituição e exploração das atividades lotéricas definidas pela União sobre o sistema de consórcios e sorteios, pois determinada exploração caracteriza-se como prestação de serviço público. Com a palavra, o Presidente do Conselho destacou a possibilidade de criação de novas receitas para investir em Educação, Saúde, Esportes e ações sociais, buscando os melhores profissionais para este projeto. Com a palavra, o Procurador Geral do Estado, Nivair Vieira Borges reforçou sobre a autorização dos Estados em explorar as formas de loterias legisladas pela União. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, propor e submeter, à deliberação do Governador



do Estado, a inclusão qualificação do Projeto Loteria Estadual, no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estruturação, composta das modelagens técnica, econômica, financeira e jurídica, com fins de viabilizar modalidade de parceria com a iniciativa privada. Por fim, **o último tema para deliberação: projeto Tocantins Cidades Inovadoras e Sustentáveis.** O Presidente do CPPI passou a palavra ao suplente do Secretário Executivo que explanou sobre o projeto, explicando que existem áreas que somente os Municípios são competentes e podem executar, dentre elas a iluminação pública e saneamento básico. A ideia do projeto é que o Municípios que possuam interesse se credenciem ao Projeto e que após análise da SPI e CPPI-Tocantins sejam estes Municípios abarcados pelo Programa de Parcerias e Investimentos para que sejam seus servidores capacitados e compartilhada a metodologia dos projetos e apoiá-los durante o processo, podendo ainda integrar e aderir aos Projetos de competência estadual que se interessarem. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, a inclusão e qualificação do programa Tocantins Cidades Inovadoras e Sustentáveis no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estruturação, composta das modelagens técnica, econômica, financeira e jurídica, com fins de viabilizar modalidade de parceria com a iniciativa privada. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente do Conselho deu por encerrada a reunião às onze horas e vinte e um minutos, sendo lavrada a presente ata, por mim, Mariane Pintaro Arruda, que lida e achada conforme, segue assinada pelo Presidente e demais Conselheiros.

Presidente do Conselho

Claudinei Aparecido Quaresemin: _____

Suplente do Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento

Mara Lúcia Pinto Rabello de Camargo: _____

Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços

Aldison Wiseman Barros de Lyra: _____

Secretária de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação

Juliana Passarin: _____

Presidente da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A. – FOMENTO

Denise Rocha Domingues: _____

Procurador Geral do Estado - PGE

Nivair Vieira Borges: _____